

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 871 - de 30 de julho a 14 de agosto de 2020

1000 mortes diárias em média
Retenção de verbas
Menos de 20% dos testes anunciados

**FORA
GOVERNO
GENOCIDA!**



GREVE NA RENAULT (PR) EM DEFESA DOS EMPREGOS

1998: Lambert em reunião com jovens negros no Rio

Entre eles, Anderson Luís, cujo assassinato segue impune desde 2006

A explosão popular nos Estados Unidos contra o assassinato de George Floyd em Minneapolis em junho passado e sua onda de choque em vários países, inclusive no Brasil, deixou sua marca na situação mundial.

Uma vez mais se demonstrou que a violência contra a população negra e o racismo fazem parte do funcionamento do sistema capitalista, hoje mergulhado numa crise profunda acentuada pela pandemia da Covid-19.

Desde a sua formação, o sistema capitalista é inseparável da violência racial contra os negros, utilizados como mão de obra escrava na exploração das colônias nas Américas, enquanto o tráfico negreiro contribuía para o processo de acumulação primitiva do capital, que vai desembocar na industrialização em meados do século 18.

No Brasil, a violência policial contra os negros e negras é cotidiana, atingindo em particular a juventude nas favelas e periferias das grandes cidades e, como sabemos, ela não é de hoje.

Uma reunião há 22 anos

Por isso julgamos importante recordar uma reunião realizada em meados de 1998 pelo militante francês e dirigente da 4ª Internacional, Pierre Lambert, falecido em 16 de janeiro de 2008 e cujo centenário de nascimento ocorreu neste ano de 2020 (em 9 de junho), com jovens negros no Rio de Janeiro.

Lambert tinha vindo ao Brasil para

participar do congresso da seção brasileira da 4ª Internacional, a corrente O Trabalho do PT, em São Paulo e fez questão de ir ao Rio para essa atividade.

Dentre os jovens negros presentes estava o estudante Anderson Luís Souza Santos, que após a reunião veio a aderir

à Juventude Revolução e à corrente O Trabalho. Anderson foi assassinado em São João do Meriti em 10 de abril de 2006, quando era presidente do Sindicato dos Laticínios (Sintrafrio-RJ), crime que não foi punido até hoje, passados 14 anos.

Na discussão com Lambert, Anderson perguntou: "Eu não entendo. Porque os negros do Brasil, dos Estados Unidos, da África, depois de terem sofrido a escravidão, o deslocamento em massa na colonização, ainda estamos nesta situação? Estaríamos condenados à maldição só porque somos negros?"

Uma questão a qual permitiu todo um debate sobre a opressão racial que é intrínseca ao capitalismo e desdobrou-se em propostas práticas por parte de Lambert: que os jovens ali presentes organizassem um comitê para participar com testemunhos da situação dos negros no Brasil no Tribunal de julgamento dos crimes do imperialismo na África, iniciativa desenvolvida pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos



Rio, 1998: Lambert, ao centro, em reunião com jovens negros do Rio. à esquerda Anderson Luís

naquele continente.

O comitê foi montado, os testemunhos foram enviados ao Tribunal e, dois anos depois, Anderson estava na delegação da Baixada Fluminense ao Encontro Internacional de Jovens pela Revolução, realizado em Ribeirão Pires (SP) no ano 2000.

Uma delegação representativa da luta pelo passe-livre, vitoriosa em São João do Meriti, e também da atividade do comitê África. Na ocasião, Anderson dirigiu-se aos participantes explicando que só com o fim do Imperialismo se poderia acabar com o racismo, apoiando-se no que escreveram militantes negros que admirava, como Malcolm X e Mumia Abu-Jamal.

Esse engajamento na luta contra a opressão e a violência racial contra o povo negro de Anderson Luís combinou-se com a sua participação no movimento sindical. Operário na Nestlé, ele ajudou a organizar a comissão de fábrica na luta contra o Banco de Horas e depois foi eleito para a diretoria do Sintrafrio, que

viria a presidir no momento em que foi assassinado por disparos desferidos de um carro enquanto esperava o ônibus para ir ao trabalho.

Crimes contra negros e negras seguem impunes

Apesar de intensa campanha nacional e internacional pela apuração dos responsáveis pelo assassinato de Anderson que durou quatro anos, com delegações ao então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e ao ministro da Justiça do governo Lula, Tarso Genro, pedindo a federalização da investigação diante do "corpo mole" da polícia estadual (cujo chefe recusou a ajuda federal), a responsabilidade por esse crime, até hoje, não foi apurada.

Anderson tinha apenas 31 anos quando foi baleado. Mais um jovem negro eliminado sem que os responsáveis tenham sido punidos. Talvez se o fossem, não teriam ocorrido outros assassinatos, como o da vereadora Marielle Franco (PSOL), que passados mais de dois anos também não está esclarecido.

Hoje, com a pandemia atingindo de forma mais aguda os setores populares mais pobres e discriminados socialmente, como a maioria negra, se verifica um aumento da violência policial contra os mesmos, sem qualquer punição aos responsáveis por agressões e assassinatos. O combate à opressão racial ao povo negro é, no fim das contas, inseparável do combate contra o capitalismo, que a criou.

Lauro Fagundes

“É o negro que passa essa insegurança”

Número de mortes de jovens negros pela polícia é alarmante

Ágatha Félix, João Pedro e Dyogo Coutinho são alguns que tiveram suas vidas arrancadas por ações policiais no estado fluminense. Todos muitos jovens, com sonhos e futuro, nenhum deles envolvidos com tráfico de drogas ou qualquer tipo de crime. O ponto em comum era a cor da pele e classe social.

Casos como esses se tornaram regras nas estatísticas: moradores de periferia, pretos e pardos correspondem a 78% dos assassinatos cometidos pela polícia carioca em 2019. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), das 1.814 pessoas mortas pela polícia, 1.423 foram pretas ou pardas, sendo 43%

entre 14 e 30 anos. Maior número desde 1998. Nesse ano, o ISP já registra 606 mortos entre janeiro e abril (em 2019 foram 560)

A Polícia Militar diz que "enfrenta quem não se rende e atira contra as tropas", mas atua nas comunidades em ações de guerra matando inocentes.

É uma política de extermínio do povo negro, sobretudo jovens. A mãe de Ágatha diz: "é o negro que passa essa insegurança, é o negro que não pode crescer".

Pesquisadores afirmam que as ações violentas da polícia, principalmente da PM, são a expressão de um Estado racista que vê pretos e pardos

como inimigos.

“Atirar para matar”

Assim disse o governador de São Paulo João Dória (PSDB) ao ser eleito em 2018, e os números mostram que essa política assassina está em andamento.

Dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP) revelam que as polícias Civil e Militar mataram 514 pessoas de janeiro a junho desse ano. Segundo Samira Bueno, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, é o "novo recorde histórico e que coloca a letalidade da polícia de São Paulo nos patamares de 1992, ano do Carandiru"

O procurador-geral de Justiça, Mário Luiz Sarrubbo, destaca que vem "aumentando a violência policial com as diretrizes que vêm de Brasília, em prol de armamento, violência, com legítima defesa diferenciada em projeto de lei anticrime".

Tratar pretos e pardos como suspeitos é a forma como o Estado, a começar pelo governo Bolsonaro, com suas instituições forjadas no racismo, tratam o assunto de segurança pública.

A luta contra o genocídio da juventude negra se liga à luta contra esse regime que preservou na PM o DNA da ditadura.

Jeffei

A que ponto estamos chegando

Com mais de 90 mil mortos e de dois milhões e meio de infectados no Brasil, o país ocupa a triste posição de segundo lugar em óbitos e contágio num mundo onde mais de 17 milhões já foram infectados e centenas de milhares morreram.

São milhões de seres humanos, em particular aqueles mais vulneráveis, que não têm para onde correr em função das políticas dos governos que lhes jogou em condições miseráveis e lhes tiraram os serviços públicos. A essas milhões de vítimas somam-se os milhões de trabalhadores e trabalhadoras que estão vendo seus empregos e direitos escorrem pelo ralo.

Em todo mundo, governos e patrões aproveitam a pandemia para, nas palavras do governo brasileiro, “passar a boiada”, retirando direitos e suprimindo postos de trabalho. No Brasil, 52% da população economicamente ativa que está desocupada. A depender dos capitalistas, isto vai aumentar. Por exemplo, a multinacional francesa do setor automotivo, a Renault, quer suprimir, só na unidade do Paraná, numa tacada só, 747 postos de trabalho, numa política de reestruturação que prevê a supressão de 15 mil postos de trabalho desta multinacional pelo mundo. O motivo é o comum a todos os capitalistas. Na crise econômica, aguçada pela pandemia, vale tudo para preservar o

lucro, num sistema parasitário que ceifa vidas e deteriora as condições de existência para prosseguir na especulação.

Mas aqui e mundo afora os trabalhadores, ainda que em situação muito defensiva, buscam a resistência.

Na França os trabalhadores da Renault e suas famílias estão em luta na defesa dos empregos. Os metalúrgicos da empresa no Paraná sustentam, há mais de sete dias, uma corajosa greve contra as 747 demissões (ver pág.7).

GOVERNOS E PATRÕES APROVEITAM A PANDEMIA PARA “PASSAR A BOIADA”

No Chile, “menina dos olhos” do capital especulativo na América do Sul, depois de mais de uma década de luta os trabalhadores conseguiram impor uma primeira derrota, ainda que pequena, às parasitárias administradoras dos fundos privados de pensão (ver pág. 11). Enquanto se prevê que no pós pandemia (que ninguém sabe quando será) o número de desempregados e miseráveis aumentarão em todo mundo, com a América

Latina sendo uma das regiões mais afetadas, em plena pandemia os ricos estão ficando mais ricos. No Brasil, 42 bilionários tiveram um acréscimo de U\$S 34 bilhões em suas fortunas, num período em que a renda do trabalhador cai e os empregos evaporam.

Há um grito preso na garganta das camadas oprimidas e exploradas, “chega, não dá mais!”, que veem, desnudada pela pandemia, a política criminosa que nos trouxe até aqui, em benefício do lucro do capital.

Se este grito não pode se expressar neste momento de pandemia com a força que pode ter, o momento vai chegar. E sua construção está em curso.

No Brasil ela está na greve na Renault, na luta dos movimentos populares e sindicais contra a política de mais privatização dos serviços públicos, como na capital paulista, na resistência dos trabalhadores da educação que não aceitam a política suicida de volta às aulas, na exigência de testes dos trabalhadores da saúde, lutas que reportamos nesta edição.

Estas lutas locais vão criando a força para a luta maior. Frente à sabotagem governamental contra o povo, como os R\$ 21 bi previstos para o combate à Covid-19 retidos no Ministério da Saúde, enquanto o Brasil é lanterninha em testes, é nestas lutas que se constrói a batalha para pôr fim a este governo genocida.

NOTAS

Mais 2,1 milhões perdem trabalho em julho

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados que mostram uma brutal redução de empregos no Brasil na primeira semana de julho. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o país perdeu 2,1 milhões de empregos (formais e informais) em uma semana, é a maior redução para esse período já registrada nas pesquisas do IBGE. No final de junho o IBGE constatou que a maioria dos brasileiros não tinha uma ocupação remunerada, fato inédito na história da pesquisa. Naquele momento apenas 49,5% dos brasileiros tinha algum tipo de trabalho remunerado, agora, esse percentual encolheu mais 1,4%, chegando à 48,1%.

7,1 milhões sem salário

De acordo com essa mesma pesquisa do IBGE dos 83,4 milhões de trabalhadores em junho, 14,8 milhões estavam afastados do emprego por causa da pandemia. Desses, 7,1 milhões estavam afastados sem receber salário.

Outros 27,3% dos trabalhadores, um total de 18,7 milhões de pessoas, tiveram suas jornadas de trabalho reduzidas. O que fez com

que a jornada de trabalho no Brasil caísse em junho para 29,5 horas por semana, em média, contra 39,8 horas antes da pandemia. Isso rebateu direto na renda do trabalhador. Antes da pandemia o rendimento médio das pessoas ocupadas (tanto trabalho formal como informal) era de R\$ 2.332, agora caiu para R\$ 1.944.

Mulher negra sofre com desigualdade salarial

Em 25/7 se comemorou o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, batizado em homenagem a líder quilombola brasileira do século XVIII. O dia teve manifestações que relembrou a grande desigualdade que impera entre pretos e brancos no Brasil e, em particular, às mulheres negras.

O IBGE, por exemplo, constata que o rendimento médio das trabalhadoras brancas era 14% maior do que das trabalhadoras pretas em 2019. Isto quando consideramos mulheres da mesma idade, escolaridade e região. Isto significa que as mulheres pretas recebem, em média, R\$ 475 menos por mês que as brancas. Aumentando a desigualdade, já que em 2012, segundo o IBGE, a diferença era de 11,5%, ou seja, R\$ 365 (descontada a inflação).

Memória

MONTORO JOGA A PM PARA REPRIMIR GREVISTAS

A feroz repressão policial aos trabalhadores em greve no dia 21 provocou as mais efusivas congratulações entre as principais figuras do regime militar e o governador Franco Montoro. “O governo cumpriu o que prometeu”, felicitou o chefe do II Exército, general Sérgio Ari Pires. “O entendimento entre Brasília e o Palácio dos Bandeirantes foi perfeito”, disse dos Estados Unidos o chefe do sinistro SNI (Serviço Nacional de Informações), general Octávio de Medeiros (...). Mas é o próprio governador do PMDB, Montoro, quem sintetiza, justificando sem qualquer pudor a repressão: “A abertura política proposta pelo presidente Figueiredo estava em jogo e havia grupos interessados em provocar o caos em São Paulo”.

O Trabalho nº 209 – 29/7/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

PT lança candidaturas às prefeituras

É hora do partido mostrar a cara

Em 24 de julho foram lançadas, por meio virtual, as candidaturas a prefeito de Jilmar Tatto em SP e de Nilmário Miranda em Belo Horizonte (ver abaixo). Junto à candidatura já lançada da deputada Benedita da Silva no Rio com 500 presentes, o partido completa a sua apresentação nas três principais capitais estaduais e começa a sua pré-campanha eleitoral.

Nenhuma outra força militante se compara: o PT deverá ter candidatos

em mais de 1400 cidades com chapas que somam mais de 16 mil candidatos a vereador. Isso é mais do que em 2016 – ano do golpe e de um grande recuo – e muito positivo.

Por outro lado, as informações são incompletas, mas o PT continua a fazer alianças estranhas. A Executiva Nacional, contra dois votos, autorizou aliar com a direita, só excluiu o “bolsonarismo”. Como este não tem um partido, há políticos que saíram do governo há pouco... a resolução é

até inaplicável. Para o PT, as eleições devem ser um momento da luta contra o governo Bolsonaro, por direitos sociais e democráticos.

É hora do PT mostrar a sua cara, associada às políticas públicas e ao serviço público, não às privatizações.

É hora de levantar plataformas concretas de Saúde e Educação, de Moradia, Transporte, Saneamento, Esporte e Cultura, além da dimensão antirracista. Elas trazem a questão do seu financiamento. Conforme a cidade,

isso leva a destacar a prorrogação da suspensão das dívidas com a União (suspensas durante a pandemia), a taxação progressiva do IPTU, ou diretamente a exigência de revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras formas.

O PT na campanha deve integrar a luta contra o governo Bolsonaro e a recuperação dos direitos políticos de Lula. Para isso, o PT é insubstituível.

Markus Sokol

Jilmar Tatto, o PT na prefeitura de SP!

O sucesso do lançamento da pré-candidatura é gás para ir à luta



PT na Câmara

nacional Gleisi Hoffmann, do presidente estadual Luís Marinho e de Fernando Haddad.

A disposição da militância, e do próprio candidato, é ir à luta. Fazer da campanha eleitoral um reforço da luta contra o governo Bolsonaro e em defesa das políticas em benefício do povo trabalhador. Como a questão da defesa e ampliação dos serviços públicos, urgência escancarada pela pandemia. Isto, aliás, é que está marcando a pré-campanha de Jilmar que tem participado de atos pela reabertura de hospitais e contra o processo de entrega às Organizações Sociais, pretendida pelo atual prefeito Bruno Covas (PSDB). Jilmar é o candidato para desalojar a maléfica dinastia tucana que só

faz entregar os serviços públicos à sanha do lucro do capital privado e retirar direitos do funcionalismo. “Se privatizar, vamos reverter”, afirmou Jilmar no ato em defesa do Hospital do Campo Limpo. A campanha se anuncia com uma linha de luta. Como Jilmar afirmou no ato: “fazer desta cidade uma trincheira de luta contra o governo Bolsonaro, vamos lutar todos os dias para que Bolsonaro saia, porque o Brasil não tem saída com esse governo.”

Agora é campanha! E, como diziam os metalúrgicos nas greves do ABC que deram origem ao PT, em 1º de janeiro de 2021 dizer, na posse do PT na prefeitura, em alto e bom som: “óia nós aqui tra vez!”

Misa Boito

MANIFESTO DE APOIO

Mais de 90 professores universitários assinaram um manifesto de apoio a Jilmar. O manifesto, encabeçado por Fernando Haddad afirma: “O fim do governo Bolsonaro exige nosso engajamento imediato. A candidatura do PT à prefeitura de SP tem como horizonte central combater a agenda ultraliberal e privatista de Guedes, Dória e Covas, contra as proposições fascistas de Bolsonaro. A plena democracia exige o restabelecimento dos direitos políticos de Lula, perseguido e condenado sem provas como parte da ofensiva contra os direitos desde pelo menos o golpe de 2016 que derrubou a presidenta Dilma”.

A sala virtual lotou, em 24 de julho. Mil petistas participaram do lançamento da pré-candidatura de Jilmar à prefeitura de São Paulo.

Depois do bombardeio de dentro e fora do PT pela retirada da candidatura, a atividade foi uma contundente resposta dos militantes e dirigentes das zonais, dos vereadores e deputados presentes ao ato que contou com a participação da presidente

PT de BH lança Nilmário Miranda

“Campanha para combater a destruição das políticas públicas”



Depois de derrotada a política da frente de esquerda, apoiada pelo deputado Rogério Correia para o PT abrir mão da candidatura própria em apoio ao PSOL, Nilmário Miranda foi oficialmente apresentado como pré-candidato do PT à prefeitura de Belo Horizonte. Com quase 300 militantes em uma sala online e mais de 25 mil pessoas acompanhando pelas redes, o PT reafirmou sua posição de ter candidaturas próprias nas

principais capitais do país.

Participaram a presidente Gleisi Hoffman, Fernando Haddad, quase todos os deputados federais e estaduais de MG e dirigentes do partido em nível nacional, estadual e municipal. A marca em todas as falas foi a necessidade de reafirmar o PT e fazer das eleições municipais um momento para se dirigir aos trabalhadores, às comunidades na periferia de BH e apresentar uma alternativa à política de destruição dos governos Bolsonaro e Zema. A capital mineira já tem mais de 300 mil pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e o cenário de desemprego, cortes em investimentos públicos e privatizações, agravará ainda mais esta situação.

Gleisi destacou que o PT tem obrigação de apresentar as suas propostas em todas as cidades onde for possível, pois o “PT não acabou” como

vários profetizaram. Fez questão de se referir à polêmica da frente de esquerda lembrando que o PSOL lançou candidato nas eleições presidenciais em 2018. Haddad, por sua vez, se colocou à disposição da campanha e o presidente do PT de Minas, o deputado Cristiano da Silveira, ressaltou que a candidatura do Nilmário permitirá que o PT, com Lula e Haddad, se reconecte com o povo de Belo Horizonte.

Nilmário agradeceu os que o apoiaram como pré-candidato à prefeitura do PT e fez questão de saudar o deputado Rogério Correia com quem disputou as prévias, ainda que este não estivesse presente no lançamento. Nilmário destacou a importância de fazer na campanha eleitoral o combate à destruição das políticas públicas do governo Bolsonaro e as privatizações anunciadas por Zema, em especial da Copasa (empresa

estatal de água e esgoto).

Se referindo ao atual prefeito, Alexandre Kalil (PSD), Nilmário destacou a sua incapacidade em atender uma importante reivindicação da população que é a de colocar em funcionamento a Maternidade em Venda Nova, construída há 11 anos, uma das maiores regiões da capital mineira. Sua administração também não foi capaz de aumentar as vagas em creches e escolas de educação infantil, fazendo com que muitas mães entrassem na justiça para fazer valer o seu direito a uma vaga.

Esse é o caminho para a campanha do PT: se ligar às reivindicações concretas da população belo-horizontina. É a oportunidade para o partido recompor a sua base social, partindo de uma das principais bandeiras destas eleições que é a defesa por mais e melhores serviços públicos.

Sumara Ribeiro

INCENTIVAR AS REUNIÕES DO DAP EM TODO O PAÍS

Nosso papel nas campanhas do PT e na luta pelo fim do governo Bolsonaro

Neste momento de organização das campanhas eleitorais, em meio à enorme crise econômica, social e sanitária, sob um governo genocida e destruidor, o Diálogo e Ação Petista tem um papel muito importante a desempenhar. Isso ficou demonstrado em junho e julho, quando as reuniões dos grupos de base e plenárias, realizadas na maioria dos estados, serviram, além do debate sobre a situação nacional e os problemas locais, para organizar a luta pelas reivindicações dos trabalhadores e da maioria do povo por mais e melhores serviços públicos, pela reabertura de hospitais, em apoio à mobilização de várias categorias, em defesa das candidaturas do PT.

O Comitê Nacional do DAP, reunido em 22 de julho, fez um balanço das reuniões e do avanço na participação

e organização do agrupamento, a partir do impulso dado pela Plenária Nacional de 13 de junho, e decidiu apelar para que se realize uma nova rodada de reuniões, neste período de pré-campanha eleitoral.

Há muito o que fazer, e o DAP fará sua parte. Em muitas capitais, como São Paulo, Belo Horizonte e Recife, as candidaturas do PT estão sendo atacadas, à direita e à esquerda. O DAP estará na linha de frente para defendê-las e ajudando a construir uma campanha eleitoral de luta pelas reivindicações do povo trabalhador e em defesa do PT e da restituição dos direitos políticos de Lula.

Pipocam as manifestações de rua em defesa dos direitos ameaçados e pelo Fora Bolsonaro. O DAP não só as apoia e participa, mas em muitos casos toma a iniciativa de organizá-las. Partidos de direita, Congresso

Nacional, militares e Supremo Tribunal Federal manobram em busca de uma saída "por cima". Todos preocupados em preservar a política representada pelo governo Bolsonaro, com seu ministro Paulo Guedes. O DAP segue na luta pelo fim deste governo e abre a discussão para apontar uma saída política contra essas instituições apodrecidas, levantando a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte democrática e soberana.

Lula livre é Lula com direitos políticos!

Um dos pontos debatidos pelo Comitê Nacional do DAP foi a necessidade de se colocar como uma das questões centrais das campanhas do PT a defesa de Lula e a anulação dos julgamentos fraudulentos arquitetados pela operação Lava Jato. Lula

livre significa a restituição de todos os direitos políticos que lhe foram retirados, principalmente o direito de voltar a concorrer à Presidência.

O Comitê Nacional avaliou que o lugar do DAP nessa questão é insubstituível. Em todo o país, os militantes do DAP vêm insistindo para que as campanhas do PT deem destaque à defesa de Lula, algo que muitos dirigentes, ao que parece, esqueceram.

À luta, companheirada!

Roberto Salomão

REUNIÕES DAP DESDE 13/06

- 71 grupos de base se reuniram
- Mais de 600 militantes presentes
- 14 estados, mais o DF
- 5 plenárias estaduais realizadas
- 5 plenárias regionais/municipais
- 9 coordenações estaduais

ROBINSON PARA VEREADOR EM CUIABÁ



Em Cuiabá, capital do Mato Grosso do Sul, o PT terá candidatura própria a prefeito. Um dos candidatos a vereador é Robinson Ciréia,

professor e militante do Diálogo e Ação Petista. Nossa página ouviu Robinson.

DAP- Que cenário político o PT enfrentará em Cuiabá?

Robinson- Em Cuiabá nosso candidato a prefeito é o advogado e ex-juiz federal Julier Sebastião, que já se comprometeu com pautas que são muito importantes para a cidade, como a criação de uma empresa pública de transporte e a reestatização da empresa de água, além da defesa dos serviços públicos. O cenário ainda é incerto, com várias candidaturas possíveis no campo da direita, mas o PT já fechou questão com Julier.

DAP- Como está sendo a discussão

a discussão sobre alianças?

Robinson- Por enquanto, o PT tem dialogado somente com PCdoB e não há uma articulação para uma ampla aliança. A maioria da direção em Cuiabá segue a linha que foi proposta no PED, que é a posição de alianças do DAP, aliás também a do 7º Congresso do PT realizado em novembro de 2019.

DAP- Que pontos você defende para a campanha do PT e para a sua, em particular?

Robinson- A crise da pandemia

só reforçou a necessidade de pôr um fim ao governo Bolsonaro. E também a defesa de mais e melhores serviços públicos. Em Cuiabá, é preciso ampliar a rede de saúde pública e reverter uma série de políticas privatizantes. Por isso, vamos fazer na campanha uma mobilização para reverter a privatização da empresa de saneamento e defender maiores investimentos nos bairros da periferia. Vamos defender o IPTU progressivo como forma de diminuir a desigualdade urbana.

ANALU, EM DEFESA DA JUVENTUDE NEGRA



Cidade Ocidental (GO), no entorno do Distrito Federal, apresenta os mesmos problemas de outros municípios de áreas metropolitanas. O PT terá candidatura própria a prefeito. Conversamos com a jovem candidata negra Analu, do Diálogo e Ação

Petista, que disputa uma das vagas na Câmara Municipal.

DAP- Como foi a decisão de lançar candidato próprio em Cidade Ocidental?

Analu- O PT entendeu a importância de lançar candidatura própria para a prefeitura. Nosso desafio agora é garantir o cumprimento das deliberações do 7º Congresso do Partido também na escolha do vice. O DAP foi o principal fator para garantir candidaturas próprias na região, sendo ponto de apoio para os trabalhadores e trabalhadoras que enxergam no PT a saída para a crise.

DAP- Como é Cidade Ocidental, quais os principais problemas?

Analu- Há falta de investimentos na educação e na cultura, o que afeta principalmente a juventude. A violência policial, que prende e mata jovens negros e pobres, é crescente. Outro grave problema é a saúde pública, que necessita ser ampliada.

DAP- E a campanha, como vai ser?

Analu- Minha campanha terá no centro a questão negra, da mulher negra trabalhadora e da juventude, entendendo que existe um projeto que precisa ecoar em todos os cantos da periferia. Precisamos fazer da nossa candidatura um ponto de apoio para a juventude canalizar a sua revolta contra a violência, as péssimas condições de vida e a falta de perspectivas.



O DAP Perus-Piritiba (capital paulista) promoveu dia 17 de julho uma mobilização no terminal de ônibus, por Fora Bolsonaro, em defesa da vida, por direitos, saúde e mais serviços públicos. Com a presença do presidente do DZ Pirituba, professores e militantes do PT, portando faixas e cartazes, a manifestação foi muito bem recebida pela população.

Novo Fundeb é aprovado na Câmara Federal

Agora vai ao Senado, enquanto os deputados discutem correção do Piso

O Fundeb permanente vem sendo discutido desde 2015. Em 2016 o processo foi interrompido por conta da intervenção militar no Rio de Janeiro, sendo retomada a discussão em 2019. Instituído em 2006, no 2º mandato de Lula, com término previsto para 2020, o fundo é composto por recursos vindos de estados e municípios juntamente com verbas complementares da União. Os recursos assim reunidos são redistribuídos para complementar o orçamento das redes estaduais e municipais de ensino.

Com base no número de alunos, estabelece-se o Custo Aluno Nacional e as localidades com baixa arrecadação têm um complemento de verbas. Essa política é responsável por atenuar as distorções do Custo Aluno em diversas regiões. Em 2008 ela permitiu a criação do Piso Nacional

Salarial do Magistério (PNSM), cujo aumento anual é calculado a partir da majoração do Custo Aluno do Fundeb. Em 11 anos de vigência o PNSM passou de R\$ 950,00 a R\$ 2886,15 (considerando a inflação, um ganho real de 142%).

Pressão sobre os deputados

O atual governo federal empurrou com a barriga a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 15/2015), que tornava o Fundeb permanente. A aposta do governo era que a proposta caducaria.

Somente no fim de semana (18 de julho) anterior à votação, o governo apresentou propostas que minavam o Fundeb ao desviar recursos da Educação Pública para o seu programa de Renda Brasil, tentando repassar valores para escolas privadas na



forma de “vouchers” e também para o pagamento de aposentadorias e pensões, dentre outras.

Mas a grande pressão da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), outras entidades e milhares de profissionais do ensino sobre os deputados acabou virando votos do “centrão” e forçando a aprovação da PEC 15. Ela traz avanços importantes: aumento

da subvinculação de no mínimo 70% dos antigos recursos e de até 85% do percentual novo de complementação da União para a remuneração dos profissionais da educação (passa a remunerar também os funcionários administrativos). A União passa a completar o fundo com 23%, instituiu-se o critério do Valor Aluno Ano Total (VAAT).

Essa vitória da mobilização e pressão dos professores e funcionários de escolas tem tudo para se repetir no Senado.

Mas é preciso ficar alerta para a votação de um novo índice para a correção do Piso Nacional dos professores da educação básica na Câmara, que um requerimento pretende alterar para baixo. A pressão já começou com a hashtag #ValorizeOPisoDoMagistério.

Nelson Galvão

O que significaria a volta às aulas neste momento?

Com a pandemia fora de controle, professores recusam uma volta sem segurança

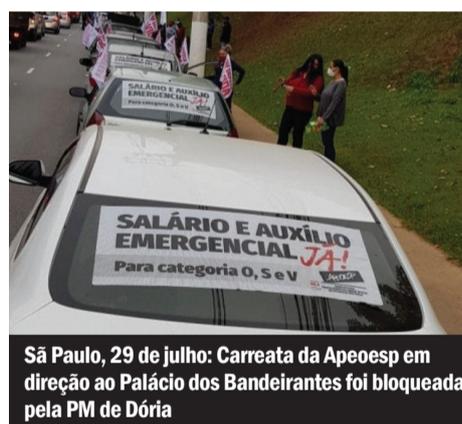
Alguns estados já planejam o retorno às aulas em agosto ou setembro, como Goiás e Tocantins, onde há registro do aumento de mortes nas últimas semanas.

Maranhão, Pará e Rio Grande do Norte também têm previsão para agosto, enquanto São Paulo e Acre para setembro.

No Rio de Janeiro o prefeito Marcelo Crivella anunciou o retorno facultativo das atividades da rede particular para parte do ensino fundamental a partir de 3 de agosto.

Informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE) indicam mais de 123 milhões de pessoas em domicílios que possuem pelo menos um jovem de até 17 anos, portanto esse é o tamanho da rede de possíveis contaminações.

Estudo da Universidade de Granada (Espanha), divulgado pelo jornal El País, mostra que em uma sala de aula com 20 estudantes (e no



São Paulo, 29 de julho: Carreata da Apeoesp em direção ao Palácio dos Bandeirantes foi bloqueada pela PM de Dória

Brasil a maioria tem de 30 a 40), em 48 horas de aula, a rede de contaminação pode ultrapassar 800 pessoas. “A gente precisa lembrar como se dá a dinâmica familiar. Muitos pais saem para trabalhar e deixam os filhos com os avós. Mas, quando a criança voltar para a escola, vai acabar levando o vírus para essa população de risco, que não terá como seguir isolada”, declarou Diego Ricardo Xavier, epidemiologista da

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Sindicatos em luta contra a volta às aulas

Em São Paulo, por exemplo, a Apeoesp tem organizado carreatas na capital e cidades do interior para alertar a população.

A presidente do sindicato e deputada estadual pelo PT professora Bebel afirmou que “não aceitamos

a volta às aulas presenciais de forma irresponsável e precipitada em 2020. Inclusive a greve está em debate na nossa categoria”.

O sindicato também protocolou denúncia junto à OMS. Nota pública em repúdio a volta as aulas, assinada por diversas entidades da educação pública e privada, foi lançada no fim de junho.

Tiago Maciel

FIOCRUZ ALERTA SOBRE MAIS MORTES

A Fiocruz prevê até 3 mil novas mortes só no estado do Rio pela Covid-19 se as aulas forem retomadas a partir de agosto.

O estudo traça um panorama em todo o país do impacto da volta às aulas em uma população de mais de 9 milhões de pessoas do grupo de risco que convivem na mesma casa com crianças e adolescentes em idade escolar — 600 mil delas moram no Rio.

Essa estimativa leva em consideração idosos com mais de 60 anos e pessoas com diabetes, problemas no coração ou no pulmão que convivem na mesma casa com ao menos uma pessoa com idade entre 3 e 17 anos. Segundo a Fiocruz, cerca de 10% dessa população deve precisar de cuidados intensivos — o equivalente a 60 mil pessoas só no Rio.

Mobilização Fora Bolsonaro em 7 de agosto

Campanha Fora Bolsonaro, que reúne entidades das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e outras, na sua plenária nacional de 11 de julho, resolveu propor um novo dia nacional de mobilização em 7 de agosto, sugerindo ações simbólicas e de agitação nas ruas, carreatas e paralisações de 100 minutos nos locais

de trabalho.

É claro que para fazer essas paralisações é necessária a ação sindical, dialogando com a classe trabalhadora, a partir de suas reivindicações, sobre a necessidade de se por um fim ao governo Bolsonaro.

Entretanto, em reunião das centrais sindicais em 27 de julho, foi

adotada uma nota conjunta que define o mesmo 7 de agosto como “Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida e dos Empregos”, sem propor qualquer atividade prática.

Ora, a CUT, que participa da campanha Fora Bolsonaro, encabeça ao mesmo tempo a nota das centrais (de todas dessa vez) a qual, ainda que

chame Bolsonaro de “genocida” e o acuse de adotar “medidas equivocadas e desastrosas” diante da pandemia, é omissa quanto a acabar com o seu governo.

Não estaria mais do que na hora de superar essas ambiguidades e concentrar todo o fogo no Fora Bolsonaro?

Greve na Renault contra as demissões

Montadora quer colocar na rua 747 operários no Paraná

Os metalúrgicos da Renault, em São José dos Pinhais (PR), decidiram em assembleia realizada no dia 27 de julho manter a greve iniciada seis dias antes, contra as 747 demissões anunciadas pela multinacional francesa.

Os operários estão em assembleia permanente, concentrados em frente ao portão principal da montadora.

Os motivos para as demissões alegados pela empresa são os de sempre: a pandemia reduziu o consumo



Trabalhadores da Renault em greve

e, portanto, a produção.

É a forma como as grandes empresas em todo o mundo (e a Renault, em vários países, não é exceção) se aproveitam da pandemia para

investir contra os direitos e os empregos dos trabalhadores.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região, Sérgio Butka, garante que a greve continua enquanto as demissões não forem revertidas.

O sindicato e várias entidades e partidos fazem pressão sobre o governador Ratinho Jr. para que intervenha junto à empresa. Ironia: quando deputado estadual, Ratinho Jr. conseguiu aprovar uma lei,

em vigor, que proíbe demissões por empresas que recebem benefícios do governo. É o caso da Renault.

Instalada no Paraná desde 1998, no governo Jaime Lerner, em meio à "guerra fiscal" entre os estados, a Renault recebeu inúmeros benefícios fiscais e o estado encarregou-se de fornecer toda a infraestrutura para que a empresa pudesse operar.

Todo o apoio aos grevistas da Renault!

Correspondente

Testagem dos trabalhadores da saúde ganha força

Campanha liderada pela CUT gaúcha aponta o caminho

O Brasil registra recorde mundial de mortes de profissionais da saúde. Levantamento feito pelo Conselho Federal de Enfermagem aponta que 316 profissionais da área já perderam a vida exercendo suas atividades, o que representa 30% dos óbitos da categoria em todo o mundo.

O Internacional Council of Nurses (ICN), organização que reúne os conselhos nacionais de enfermagem, estima que 7% de todas as pessoas infectadas no mundo são trabalhadores da saúde, cerca de 1,1 milhão se considerarmos 16 milhões de casos no planeta.

Só estes dados já seriam suficientes para que todos os trabalhadores da área fossem testados. Entretanto, a orientação a qual impera é que apenas pessoas que apresentam sintomas sejam submetidas a testes. Dessa forma ficam expostas as famílias daqueles os quais possam estar contaminados sem sintomas e a própria população que busca atendimento nos hospitais e postos de saúde.

CUT-RS e sindicatos entram em campo

A CUT estadual gaúcha e sindicatos da área da saúde lançaram uma campanha pela testagem periódica

de todos os trabalhadores.

Semanalmente são organizados atos em frente a hospitais e postos de saúde, como já ocorreram no Hospital São Lucas/PUC, no Hospital de Clínicas e no Hospital São Camilo/Esteio. Neste último o sindicato denunciou que 69 dos 700 trabalhadores estavam contaminados.

No Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, houve manifestação. A atividade coincidiu com surtos de contaminação na área psiquiátrica da instituição.

Alberto Terres, trabalhador do local e pré-candidato a vereador pelo PT,

também animou o ato e propôs que era chegada a hora de organizar outro em frente à prefeitura, unificando todos os trabalhadores do município que estão na linha de frente no combate à pandemia

Ao mesmo tempo, tramita no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-4) um processo, também de iniciativa da CUT e sindicatos da saúde, que cobra dos gestores dos hospitais e dos prefeitos gaúchos a testagem de todos. Na próxima semana as entidades devem lançar outdoors pelo estado reforçando a exigência.

Marcelo Carlini

Volta Redonda: luta faz prefeito pagar salários

Duas paralisações de 24 horas dobraram intransigência



Ouvimos o companheiro Pirra, trabalhador da educação municipal de Volta Redonda (RJ), sobre a luta contra o pacote de maldades do prefeito Samuca (PSC). Pirra fez parte da chapa 3, de oposição

à atual diretoria do sindicato dos municipais.

O Trabalho: Como está a mobilização dos servidores?

Pirra: O prefeito soltou decreto retirando direitos e parcelando salários. Após duas paralisações de 24 horas, com carreatas, ele não recuou totalmente das medidas, mas antecipou para dia 22 de julho a segunda parcela dos salários que seriam pagos somente no dia 31 (referentes a junho), para tentar frear o movimento. Em 4 de julho, logo após a assinatura do decreto, o prefeito fez

uma live afirmando que não cortaria o Auxílio Alimentação. Mas o seu decreto permanece e nada nos garante que ele virá no mês que vem.

OT: Quais os próximos passos?

Pirra: A mobilização vem crescendo, elegemos uma comissão em assembleia e estamos ao lado do advogado do sindicato correndo setores, dialogando com os funcionários e convocando para a próxima assembleia geral. Estamos em estado de greve e poderemos deflagrar a greve. A mobilização dos Servidores VR em Luta (do nome da chapa 3)

cobrou a responsabilidade da diretoria do sindicato, denunciando as condições precárias do serviço público no município e dando voz a muitos servidores que há muito não se mobilizavam.

O próximo passo é aprovar em assembleia a greve até que o Samuca retire esse maldito decreto, já que não houve nenhuma proposta de negociação.

No fechamento desta edição, os servidores aprovaram em assembleia greve para 3 de agosto.

Ato diante da prefeitura de São Paulo

O Sindsep (municipais) realizou em 29 de julho um ato diante do gabinete do prefeito Bruno Covas (PSDB) em defesa dos serviços públicos.

Covas quer entregar a saúde, educação, Serviço Funerário e Assistência Social para as organizações sociais (OS).

O ato teve a presença de servidores

de várias secretarias ameaçadas pelo governo e também de movimentos de saúde dos bairros do Campo Limpo, Parelheiros, Santo Amaro, Brasilândia, do pré candidato a prefeito Jilmar Tatto (PT) e Douglas Izzo, presidente da CUT-SP, além de vários militantes do Diálogo e Ação Petista.

Após a entrega de uma carta aberta

ao prefeito, os manifestantes saíram em passeata pelo centro de São Paulo, passando pelo Ministério Público em direção à Câmara Municipal, denunciando a terceirização dos serviços públicos e também um projeto de lei que os vereadores podem votar o qual estabelece critérios para a volta às aulas nas escolas municipais.

A unidade dos sindicatos e movimentos populares é essencial para fazer recuar o prefeito Covas, seja na terceirização dos serviços públicos, seja no retorno às aulas sem as condições adequadas de proteção às crianças, famílias e trabalhadores da educação.

João B. Gomes

Governo sabota e pandemia avança

Não se pode naturalizar mais de 90 mil mortes e mais de 2,5 milhões de infectados

América Latina passou a liderar os casos novos de coronavírus no mundo. A região soma 4,34 milhões de infectados, superando a América do Norte (4,23 milhões). O Brasil é o mais impactado entre os latino-americanos e o segundo em número de casos no mundo, com mais de 2,5 milhões de infectados e 88 mil óbitos. Apenas 2% da população do país teve o diagnóstico confirmado e os óbitos atingiram o patamar de 7 mil por semana há mais 2 meses. Esse nível se mantém muito acima do que se verifica em outros países. Itália e Reino Unido alcançaram redução de mortes em menos tempo. Estados Unidos permanece com 4-5 mil mortes por semana. (ver gráfico)

A pandemia escancara as condições desiguais de acesso a saúde universal e da precarização dos serviços públicos. As populações mais vulneráveis estão sendo severamente afetadas. Por exemplo, as comunidades indígenas na bacia amazônica estão tendo cinco vezes mais casos do que a população em geral. Além disso os trabalhadores da saúde do Brasil permanecem entre os mais acometidos e com maior número de mortes pela doença. Em São Paulo, o perfil sócio demográfico mais suscetível à infecção continua sendo o de indivíduos pretos e pardos, de menor instrução e menor renda mensal.

Números duvidosos

Essa evolução acontece em meio à confusão intencional de dados e números. O ministro general já havia trocado o número de casos e óbitos diário pelo de "recuperados" no site oficial do Ministério da Saúde em junho. Também tentou alterar os dados de óbitos diários, sem apresentar o total, tendo que voltar atrás depois de decisão do STF. Governadores, como João Dória em São Paulo, alteram a formulação de dados e critérios para afrouxamento do isolamento ao seu bel prazer. Na última semana, para que a capital atingisse o patamar "verde" mais rápido,

Dória anunciou uma "calibragem técnica do Plano de São Paulo" na qual aumenta a porcentagem da taxa de ocupação de leitos de UTI para 75% (antes era de 60%) como um dos critérios para flexibilizar mais o isolamento. Outro dado questionável é o de número de doentes, já que o número de testes é muito inferior à necessidade. O ex-ministro da Saúde Arthur Chioro, em reunião da direção do PT, apresentou comparativo de testes aplicados em alguns países. São 23.096 testes por 1 milhão de habitantes no Brasil. Estados Unidos realizou 155.281 testes/1 milhão de habitantes. Itália 106.111 testes/1 milhão habitantes.

Toma lá dá cá

O Tribunal de Contas da União (TCU), após auditar os gastos com a pandemia, deu 15 dias para o Ministério da Saúde explicar a razão nas baixas dos repasses, e questionou sob qual critério as aquisições e as transferências de recursos foram feitas. Isso porque dos 39 bilhões aprovados para combater a pandemia, apenas 11,5 bilhões foram usados, apenas 29%! E também há falta de critério na divisão de recursos entre estados e municípios. Não há nenhuma correlação de indicadores regionais da doença que expliquem a lógica de distribuição dos repasses. Sem nenhuma explicação surgem referências a "conflitos com gestores locais", que significa na realidade que esses recursos possam ter sido utilizados como moeda de troca para outros objetivos. E se depender de Paulo Guedes o orçamento para saúde em 2021 será ainda menor, isso porque pretende manter o contingenciamento de gastos da EC 95 e retirar os créditos adicionais aprovados para enfrentar a pandemia para o cálculo do ano que vem. Se isso acontecer a previsão é de R\$ 35 bilhões a menos para o SUS. Enquanto isso Bolsonaro segue como garoto propaganda da Hidroxicloroquina que, estudo após estudo,

se comprova ineficaz. Medicação em que o Laboratório do Exército gastou mais de 1,5 milhão na produção e que está em investigação por superfaturamento nas compras de cloroquina em pó.

A farra das OSs

Parte desses recursos foi repassado a Organizações Sociais (OSs) para administrar Hospitais de Campanha. Segundo relatório do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de julho de 2020, no Brasil existem 1.114 OSs (40 % delas na região sudeste). O relatório informa de que 93,4% das OSs não registram vínculos empregatícios formais. Realidade exposta no Hospital de Campanha do Anhembi que quarteiriza toda mão de obra médica e cuja empresa está sob investigação. Publicação do Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) detalha esses repasses: em São Paulo chegaram a 92 milhões para OSs do Albert Einstein, do Ibas (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde), SPDM e Seconci. Em Goiás o repasse foi de 57,5 milhões para a OSs Agir.

No Pará, aonde todos hospitais regionais já estão nas mãos de OSs, o total até agora foi de 37,8 milhões. As OSs ficaram desobrigadas a cumprir as metas de seus contratos no período da pandemia por 120 dias pela Lei 13.992, a partir de 1 de março, único mecanismo de controle sobre elas. Na semana passada, a OSs Ibas, que atua em São Paulo e Rio de Janeiro, teve responsáveis presos por desvio de 6,5 milhões em contratos, assim como uso de laranjas para licitações em fraudes desde 2009! Mesma OS que recebeu 18 milhões para administrar leitos no hospital de campanha do Anhembi (SP) e que também está em investigação pelo Ministério Público do estado.

Governo genocida quer naturalizar a tragédia

Sem critério nos gastos e sem

gerenciamento da pandemia, numa pseudo batalha entre economia e vida, que escancarou a exclusão social existente no país, Bolsonaro segue na aplicação de seu programa de destruição dos serviços públicos e dos direitos. Mais da metade dos recursos destinados a pandemia não foram ainda utilizados e faltam medicações para sedação, ventiladores, leitos, testes, equipamentos de proteção, máscaras, e aventais em diversas regiões do país. O último boletim do Conselho Nacional de Saúde revela que 21 bilhões estão parados no Ministério da Saúde e essa morosidade se intensificou após o general Pazuello ter assumido, numa política de sabotagem criminosa já denunciada pelo Partido dos Trabalhadores.

Numa postura de naturalizar os casos de óbitos, esse governo não se preocupa em expor os trabalhadores à morte e nós somos aniquilados.

A responsabilidade pela falta de organização e da aplicação dos recursos é de Bolsonaro, e a fez ser denunciado por uma coalizão de representantes de trabalhadores da saúde, por crimes contra a humanidade e genocídio no Tribunal Penal Internacional em Haia no último domingo. Bolsonaro já recebeu outra denúncia no mesmo tribunal em relação ao risco de genocídio dos indígenas. Desta vez porém a denúncia vem com MPs e vetos a leis realizados que retratam atitudes de menosprezo, descaso e negacionismo tendo consequências desastrosas. Citam a "postura do presidente quando adota medidas que ferem os direitos humanos e desprotegem a população, colocando-a em risco em larga escala, especialmente os grupos étnicos vulneráveis".

Os recursos não aplicados não têm volta. As vidas que se foram não tem volta. Só o fim desse governo nos dará uma chance real de sobreviver à pandemia.

Juliana Salles

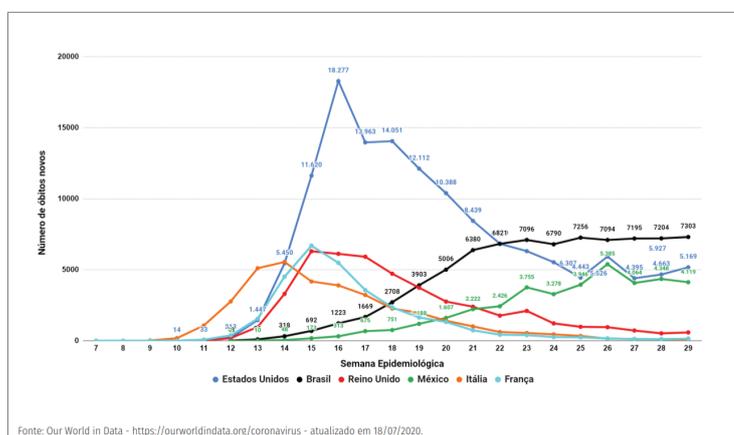


FIGURA 5 Evolução do número de novos óbitos confirmados de COVID-19 por Semana Epidemiológica, segundo países com maior número de óbitos

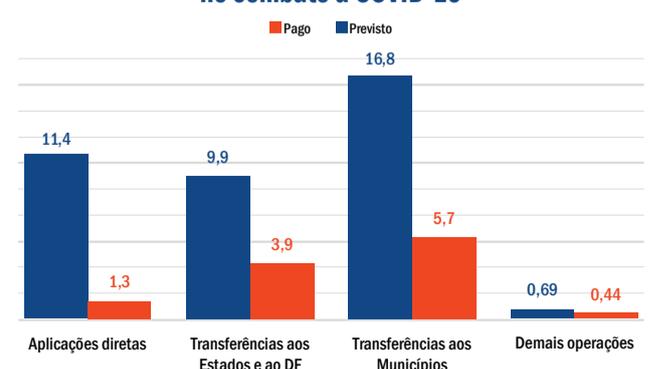
Testes realizados para Covid-19: análise comparada

nº de testes por 1 milhão de habitante

País/Data	03/05	31/05	06/07	24/07
EUA	21.629	53.203	113.611	155.281
Espanha	32.699	86.921	116.543	135.188
Itália	35.622	64.144	93.256	106.111
Alemanha	30.400	47.193	70.102	88.530
Rússia	28.095	72.933	146.197	178.164
Brasil	1.597	4.378	15.667	23.096

Fonte: Wordometers. Acesso em 3 mai, 31 mai e 6 jul 2020

Gastos do Ministério da Saúde no combate à COVID-19



Interferência dos EUA na Lava Jato é fato

Admissão está em carta do Departamento de Justiça estadunidense (DoJ)



IsaacAnorm/AGM/Brasil

Em 2019, como ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro reúne-se com o Secretário Adjunto do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, David P. Pekoske

O Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos admitiu ter trabalhado com os integrantes brasileiros da Operação Lava Jato, durante os processos que levaram às condenações de Lula, mas não revelou detalhes dessa ação. Em agosto do ano passado, após o início das matérias da série #Vazalato, 13 integrantes do Partido Democrata dos EUA enviaram carta ao procurador-geral William Barr, chefe do DoJ, solicitando esclarecimentos sobre a atuação do órgão no Brasil.

A resposta veio somente neste mês de julho. De acordo com matéria do site "Brasil Wire" reproduzida pela Rede Brasil Atual (disponível em: bit.ly/39yNhOg), a correspondência do DoJ reconhece o fato, mas afirma que "não pode fornecer informações sobre aspectos não públicos desses assuntos".

Por "aspectos não públicos", leia-se: interferência indevida. Em 2015, por exemplo, membros do DoJ e do

FBI estiveram em Curitiba e até interrogaram brasileiros, juntamente com os procuradores da força-tarefa. Foi uma ação ilegal, porque realizada às escondidas do governo da época (Dilma Rousseff).

Aos poucos, acumulam-se informações sobre a intromissão imperialista no golpe contra Dilma, na condenação de Lula e no ataque à economia nacional por meio da Lava Jato.

Thomas Shannon, que foi embaixador dos EUA no Brasil no governo de Barack Obama, havia citado, em entrevista publicada pelo jornal digital "Poder360" (disponível em: bit.ly/2X8bVQC) em 2019, a preocupação do governo estadunidense com a política do presidente Lula. Segundo o diplomata, havia a avaliação de que a Odebrecht participaria de seu "projeto de poder para o continente". Isso explicaria, segundo a matéria, "as motivações" dos EUA "em colaborar e subsidiar procuradores no país com informações úteis a

investigações que acabaram por atacar um dos motores desse sistema".

Moro e os EUA

Para a Lava Jato, encontrou-se no então juiz Sergio Moro o condutor do processo político de condenação de Lula. Moro orientava a atuação de procuradores e delegados, comportando-se como uma das partes (a acusação), em vez de agir como juiz imparcial.

Moro tem convivência antiga com instituições estadunidenses. O jornal "The Washington Post" registrou em 2016 que ele havia participado, nove anos antes, de curso "para potenciais líderes" patrocinado pelo Departamento de Estado dos EUA. Telegrama do Wikileaks citou-o como um dos palestrantes de seminário organizado pelo consulado dos EUA no Rio de Janeiro, em 2009, sobre "crimes financeiros ilícitos".

Depois de conseguir condenar e prender Lula, impedindo-o de

participar da eleição presidencial, ele recebeu o cargo de ministro da Justiça de Bolsonaro e a promessa de indicação futura para o Supremo Tribunal Federal (STF). Os processos dos quais Moro participou estão manchados por sua parcialidade e devem ser anulados.

Cláudio Soares

38 MIL NOMES

A força-tarefa da Lava Jato atua como grupo político e se recusa até mesmo a ser controlada pela instituição da qual faz parte, o Ministério Público Federal (MPF). De acordo com Augusto Aras, procurador-geral da República (que é o chefe do MPF), a força-tarefa reuniu informações sobre 38 mil pessoas, numa base de dados de 350 terabites, enquanto o sistema único do MPF não ultrapassa 40 terabites. "Ninguém sabe como [os nomes] foram escolhidos, quais foram os critérios", disse Aras, em live realizada no dia 28.

PROCESSOS DEVEM SER ANULADOS

Em entrevista à "Folha de S. Paulo" (25/7), o jurista italiano Luigi Ferrajoli afirmou: "No caso da condenação do ex-presidente Lula, as violações das garantias do devido processo legal foram, desde o início, massivas. Em qualquer outro país, o comportamento do juiz Moro justificaria sua suspeição, por sua explícita falta de imparcialidade e pelas repetidas antecipações de julgamento".

Em novembro de 2018, a defesa de Lula apresentou habeas corpus ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o tribunal reconheça essa suspeição do ex-juiz Sergio Moro e anule os processos de Lula dos quais ele participou. A expectativa era de que entrasse em pauta em agosto, mas já se fala em adiar para quando houver o retorno às sessões presenciais, sem previsão de data.

Crime contra a nação

Bolsonaro quer entregar refinarias e destruir Petrobras

O governo avança com voracidade na privatização e no desmonte da Petrobras para entregar o patrimônio público nacional a preço de banana às multinacionais.

Planeja vender até 2021 oito refinarias: Abreu e Lima (PE), Xisto (PR), Presidente Getúlio Vargas (PR), Landulpho Alves (BA), Gabriel Passos (MG), Alberto Pasqualini (RS), Isaac Sabbá (AM) e a Refinaria de Lubrificantes e Derivados (CE). Ou seja, metade da capacidade atual do país de transformação industrial de petróleo bruto em gasolina, gás, lubrificantes, asfalto etc..

Não há justificativa econômica para a empresa abrir mão dessas refinarias. Ainda mais na atual crise econômica sem precedentes, que fez os preços internacionais do petróleo momentaneamente despencarem. Hoje, o preço pago pelas multinacionais petrolíferas seria baixíssimo. E



Refinaria Getúlio Vargas (PR), que está na lista das refinarias que o governo pretende vender

mesmo que não fosse, é inaceitável ao Brasil abrir mão da soberania da produção de combustíveis.

Bolsonaro já vendeu no final de julho três plataformas da Bacia de Campos através de um leilão online de um site especializado em leiloar carros e imóveis (!). Entregou-as por R\$ 7,5 milhões, um valor menor do que três apartamentos na zona sul do

Rio. Vendeu também os 10% de ações remanescentes que ainda detinha na Transportadora Associada de Gás (TAG) à Engie Brasil que passou a deter, junto com o fundo canadense Caisse du Québec, o controle da TAG.

E o STF dá uma mãozinha...

No início de julho, as próprias presidências da Câmara e Senado solicitaram ao STF uma medida cautelar para impedir a venda das refinarias na Bahia e no Paraná pois o governo teria burlado a legislação para repassar ativos à iniciativa privada sem o aval do Legislativo. Mas o STF se manifestou pela dispensa desse aval no caso da venda de subsidiárias.

Logo no início do governo, o presidente da Petrobras, Castello Branco, usou como desculpa uma denúncia de importadoras privadas de combustíveis contra a Petrobras no Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade) para propor um acordo em que a estatal abriria mão de 50% do mercado de refino nacional, sem que o Cade tenha sequer a condenação.

O senador do PT-RN, especialista e ex-funcionário da Petrobras, Jean Paul Prates avalia que o processo do Cade e o acordo precisam ser revisados: o risco é a formação de "monopólios regionais privados e incontroláveis com a saída da Petrobras da atividade de refino.

É crime lesa-pátria. O Cade jamais chegou a recomendar a venda das refinarias".

Alberto Handfas

Trabalhadores do Haiti pedem solidariedade

Contra a repressão dos patrões e do governo e por soberania nacional

Por iniciativa da Central Nacional dos Operários Haitianos-CNOHA e Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade-MOLEGHAF, organizações sindicais, populares e camponesas do Haiti lançaram um chamado à solidariedade internacional, do qual publicamos trechos.

No Brasil, as tomadas de posição devem ser enviadas a julioturra@cut.org.br para serem redirecionadas a uma lista de empresas e autoridades governamentais indicadas no apelo abaixo:

“As organizações do movimento operário e democrático,

Nós, organizações populares, sindicais e progressistas compromissadas com a democracia, apelamos à solidariedade em meio a várias batalhas em defesa do povo haitiano que queremos continuar desenvolvendo no contexto da terrível situação causada pela negligência do governo frente à Covid-19. Essa pandemia afeta a saúde da maioria dos haitianos, especialmente dos trabalhadores em diversas fábricas haitianas.

Queremos chamar vossa atenção:

■ para a repressão anti-sindical e antipopular, sobre a exploração do trabalho sob todas as formas sofridas



pelos operários nas fábricas;

■ para a luta contra a ocupação do país, atualmente exercida via CORE-GROUP⁽¹⁾ e BINUH (Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti);

■ para a necessidade de aumento salarial dos trabalhadores em um contexto em que a moeda nacional, o Gourde, continua a se depreciar e, finalmente, para a exigência de melhores condições sociais, uma vez que as políticas públicas e sociais do atual governo é contrária ao bem-estar das massas trabalhadoras haitianas.

Os trabalhadores e a população em geral passam por tempos muito difíceis e críticos, em virtude de decisões

políticas recentes, de forma que se tornaram mais vulneráveis.

Em particular, a OCHA-Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU já previu que, em 2020, 4,6 milhões de haitianos passarão fome [em um país com cerca de 11 milhões, NdT].

As autoridades ensaiam uma política de saída da quarentena embora não sejam claras quanto ao aumento ou diminuição do número de contaminados pela Covid-19 no território.

Não há um sistema de testagem para os trabalhadores que são forçados a ir às fábricas para ganhar seus salários miseráveis, expondo-se à contaminação.

Ao mesmo tempo, as condições sanitárias estão piorando drasticamente. Tomemos o caso do orçamento da saúde: em 2004, representava 16,6% do total e, em 2017, já tinha caído para 4,4%.

Caros camaradas, queridos amigos,

Estamos lançando este apelo para pedir a todas as organizações nacionais e internacionais a solidariedade em defesa dos trabalhadores haitianos e suas organizações sindicais e populares, vítimas neste período de pandemia, não apenas das terríveis condições de saúde e da inação do governo de Jovenel Moise, mas também de massacres nos bairros populares, ataques a empresários, assédio sexual a trabalhadoras, repressão anti-sindical.

Aproveitamos para informar que vamos a organizar, em 22 e 23 de agosto de 2020, um fórum virtual de solidariedade com os trabalhadores e o povo do Haiti e em defesa da soberania contra a ocupação estrangeira.”

(1) CORE-GROUP: tutelado pelos EUA, exerce permanente ingerência na política do Haiti; é composto por representantes da ONU, Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, EUA, União Europeia e OEA.

Desemprego e pobreza na América Latina

Cepal prevê cenário mais grave no continente, em função da pandemia

De acordo com as previsões econômicas da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), em seu informe especial n° 5 de 30/06/20, a “economia mundial experimentará a sua maior queda desde a II Guerra Mundial” com uma redução do PIB mundial da ordem de 5,2%.

Nos EUA o arrefecimento chegará a 6,5% e na Europa a aposta é uma diminuição de 8,7%. No Brasil o tombo será ainda maior e alcançará uma redução de 9,2%, frente a uma queda de 9,4% de média na América do Sul.

Segundo o estudo a redução da produção de mercadorias pode variar negativamente de 13% a 32% em 2020. Essa queda histórica é explicada pelo colapso do comércio mundial de mercadorias devido a pandemia do coronavírus. Porém, é importante registrar que mesmo antes do isolamento social os índices econômicos mundiais já demonstravam uma grave crise.

Para a Cepal, o cenário econômico para América Latina indica enormes

preocupações futuras para os países. Além de conviver com as repercussões negativas da queda do comércio mundial a região vai sofrer, também, com as pressões sobre a balança de pagamento, devido a diminuição dos preços das commodities. As previsões apresentadas no documento indicam uma redução de 39,3% dos preços para o setor de energia, de 6,1% para os Minerais e metais e de 5,9% para os produtos agrícolas e agropecuários.

Vale salientar, que as exportações na América Latina chegam a 20% do PIB da região e se distribuem, principalmente, entre os EUA (8,5%), China (2,2%) e União Europeia (1,9%). Ao analisar essas exportações o peso das commodities é muito significativo e irá impactar de maneira negativa na capacidade de arrecadação e de geração de riquezas no próximo período. Para a América do Sul a previsão é ainda pior com uma redução da ordem de 23% das exportações regionais, uma diminuição média dos preços de 11% e uma contração de 12% do volume das

exportações.

O impacto do aprofundamento da crise econômica elevará a taxa de desemprego para 13,5% entre os países latino-americanos, um incremento de 2% de acordo com a previsão anterior a pandemia e 5,4% maior que de 2019. Em números absolutos estamos falando de 44,1 milhões de pessoas desempregadas, um acréscimo de 18 milhões frente aos 26,1 milhões sem emprego no ano passado.

Outra previsão preocupante é o aumento da desigualdade social. Segundo dados apresentados no informativo o número de pobres será acrescido de 45,4 milhões de pessoas, passando de 185,5 milhões em 2019 para 230,9 milhões em 2020 o que representa 37,3% de toda a população latino-americana. Já a pobreza extrema terá uma ampliação de 28,5 milhões de pessoas, chegando a 96,3 milhões em 2020, ou seja, 15,5% do total da população. Ao analisar especificamente o Brasil a previsão é que teremos a terceira maior elevação da pobreza no continente

(7,7%), passando de 19,2% (2019) para 26,9% (2020), sendo superado apenas pela Argentina (10,8%) e pelo Peru (9,3%).

Bilionários acumulam mais fortuna

Por outro lado, o cenário da crise capitalista que aflige milhões de trabalhadores não afeta da mesma forma os mais ricos. Segundo informações da Oxfam, o coronavírus foi extremamente lucrativo para os 73 bilionários da América Latina e do Caribe que de 18 de março a 12 de julho (menos de 4 meses) viram suas fortunas aumentarem em U\$ 48,2 bilhões. Destes bilionários 42 são brasileiros que obtiveram um acréscimo de U\$ 34 bilhões em suas fortunas, passando de U\$ 123,1 bilhões para U\$ 157,1 bilhões. Isso tudo em um momento que a maioria dos trabalhadores brasileiros lutam, a cada dia, para manter o seu emprego/renda e sofrem com as políticas de destruição de direitos implementados pelo governo Bolsonaro, pelo Congresso e pelo Judiciário.

Juanito Vieira

Venezuela: protestos de petroleiros em todo o país

Trabalhadores exigem resgate de seus salários e direitos



Denis Ospina



Assembleia de petroleiros em 28 de julho

Correspondente

Desde o início do ano, segundo o Observatório Venezuelano de Conflitos Sociais (OVCS), ocorreram 943 conflitos trabalhistas no país, em meio à pandemia da Covid-19.

Na semana iniciada em 20 de julho, em que houve nova quarentena decretada, iniciou-se uma mobilização nacional dos trabalhadores da PDVSA (estatal do petróleo) através de uma jornada nacional de luta com atos e assembleias no dia 21, retomada em 28 de julho.

As sanções e o bloqueio de Trump, é claro, afetam a PDVSA, a maior empresa do país. Os ativos de sua subsidiária Citgo foram bloqueados nos EUA, que também suspenderam a compra de petróleo cru venezuelano, gerando uma perda estimada em 11 bilhões de dólares nas exportações. O que, somado à falta de

investimento, à corrupção e ineficiência da direção da estatal e às pressões de grupos privados nacionais e internacionais, levou ao colapso da produção petrolífera.

Desde Maracaibo, ouvimos em 28 de julho a companheira Denis Ospina, trabalhadora da PDVSA, que participa da Coordenação Autônoma e Independente de Trabalhadores (CAIT).

Denis, o que motiva essa mobilização dos petroleiros?

É pública e notória a precariedade que afeta os nossos trabalhadores e aposentados. Isso é consequência de políticas econômicas que fizeram retroceder os avanços em direitos e conquistas da classe trabalhadora ocorridos durante os primeiros 12 anos do processo iniciado por

Chávez. A uma hiperinflação que esmigalha o poder aquisitivo de nossos salários e benefícios soma-se a falta de atenção à saúde, um bônus alimentação irrisório e a falta de respostas da PDVSA para solucionar esses problemas.

O que vocês exigem diante dessa situação?

Nosso plano de luta reivindica uma recomposição salarial real; defende a soberania econômica diante da abertura petrolífera, com a aplicação do decreto 5.200, que obriga a PDVSA a ter maioria acionária de 60% nas parcerias com capitais estrangeiros; um bônus alimentação equivalente ao custo da cesta básica; atenção integral à saúde, com a recuperação da nossa rede de clínicas, hospitais e farmácias internas para atender trabalhadores e aposentados; garantir o que estabelece a LOTT (lei orgânica do trabalho, NdT), que todos recebiam em igualdade de condições os mesmos benefícios; a prestação de contas das gerências quanto à realidade financeira da empresa.

Além da pauta dirigida à PDVSA, exigimos da Federação Unitária de Trabalhadores Petroleiros da Venezuela (FUTPV) que respeite as

decisões das assembleias dos trabalhadores e que faça cumprir a Constituição, a LOTT e o contrato coletivo.

Qual o papel das sanções neste quadro?

A agressão imperial dos EUA contra a nossa soberania, ao impor um bloqueio comercial e fazer constantes ameaças de intervenção, tem a finalidade de implodir os trabalhadores e o povo. Mas, o Plano de Recuperação Econômica, implementado pelo governo desde 2018, pretende responder a essa crise despejando-a nas costas dos trabalhadores. Os salários não cresceram o suficiente para manter o pão em nossas mesas, enquanto empresários e comerciantes colocam fermento inflacionário nos preços de bens e serviços, sem qualquer controle dos órgãos de Estado.

O resultado é a desvalorização do processo de trabalho, com a precarização da vida de milhões de trabalhadores e suas famílias. Para nós só resta mobilizar em defesa do que a lei nos confere, junto com o desafio de recuperar a independência de nossas organizações sindicais, que hoje estão tuteladas pelo patrão Estado.

Alberto Salcedo

Trabalhadores chilenos conseguem uma vitória

Contra o governo e as AFPs, foi aprovado o direito à retirada de 10% do fundo de pensão

Em 22 de julho, depois de uma maratona na Câmara e no Senado, um novo triunfo dos trabalhadores põe ainda mais em questão a política do presidente Piñera, com a aprovação do projeto que permite a retirada de 10% do fundo de pensão acumulado nas AFPs [administradoras do sistema privado de aposentadoria no Chile, de poupança individual, NdT].

Quanto mais se aproximava a votação do projeto, mais crescia o apoio da população a ele, como forma de aliviar minimamente a grave crise econômica que, somada à pandemia, toma conta do país.

A direita, desesperada, tentou vários truques, mas não conseguiu derrubar a oposição, que há muito tempo não atuava em conjunto, além de ter sofrido uma deserção de vários de seus membros, insatisfeitos com a forma de atuar do governo.

Nesta quinta, 23 de julho, no terceiro trâmite legislativo na Câmara de Deputados, o governo sofreu,

novamente, uma acachapante derrota. Com 116 votos a favor, 5 abstenções e só 28 contra, terminou a maratona, deixando o conglomerado oficialista cambaleante e buscando saída ao caos interno refletido na divisão interna de seus principais partidos: União Democrática Independente (UDI) e Renovação Nacional (RN).

Luta de mais de uma década

Agora falta que o projeto aprovado seja promulgado como lei pelo presidente, o que é o mais provável, pois a alternativa de recorrer ao Tribunal Constitucional está bloqueada pelo resultado da última votação (23/07), que superou o quórum de dois terços. A opção de veto presidencial é remota já que significaria um colapso do governo e abriria as portas para grandes protestos da população o qual já se fizeram sentir nestes dias, com pannels e mobilizações em diversas cidades.

É notável o reconhecimento ao

trabalho de mais de uma década da Coordenadora No + AFP [campanha pelo fim da capitalização individual imposta na ditadura de Pinochet, NdT], em sua luta pela Seguridade Social, por uma Previdência Pública e Solidária. Tal reconhecimento vem da população, de organizações sociais e sindicais, além dos próprios congressistas. A unidade da oposição se deveu, em grande parte, ao trabalho feito pela Coordenadora No+AFP nos distritos, comunas e regiões de cada senador e deputado,

confrontando-os à questão de que se apoiariam o povo e os trabalhadores ou defenderiam os interesses dos conglomerados empresariais e financeiros.

Sabemos que este é só um triunfo parcial, já que não termina com a crise nem com o problema das pensões dignas para as e os chilenos e Seguridade Social para todos e todas. A luta pelo fim da capitalização individual continua!

Javier Márquez, Santiago 23 de julho

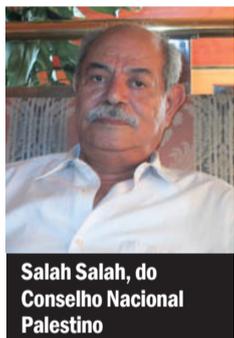


Mais de 2 mil trabalhadores marcharam na cidade de Chiclayo (norte do Perú) por ocasião da Segunda Jornada de Luta da CGTP em defesa da saúde e da vida, contra as demissões e a corrupção e por uma nova constituinte. Na capital, Lima, houve confrontos e dura repressão durante um ato na Praça San Martín. Entidades sindicais do Brasil e outros países estão enviando protestos ao governo de Martín Vizcarra exigindo o fim da repressão e a libertação de trabalhadores presos.

Palestina: “na esperança de voltar para casa”

Dirigente do movimento pelo direito ao retorno escreve ao AcIT

Salah Salah, refugiado palestino desde a Nakba (catástrofe) com a criação do Estado de Israel em 1948, que expulsou os palestinos de suas casas e terras, escreveu uma carta a Luísa Hanune (secretária do PT da Argélia) e Dominique Canut (da direção do Partido Operário Independente da França), ambos coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT). A carta, uma denúncia da ofensiva do Estado de Israel, fala sobre a ameaça de anexação a Israel de 30% do território da Cisjordânia. Salah pede uma campanha internacional contra esta tentativa. A anexação faz parte do “acordo do século” feito entre os governos dos Estados Unidos e de



Salah Salah, do Conselho Nacional Palestino

Israel e foi anunciado por Trump em janeiro deste ano. Abaixo a íntegra da carta.

“Camara-das Luísa Hanune e Dominique Canut,

Dirijo-me a vocês com respeito e consideração e parabênzimo em particular a camarada Luísa Hanune por ter conseguido recuperar a sua liberdade e retornar à sua atividade militante com energia e dinamismo. Desejo-lhe muita e duradoura saúde.

Devido ao obstáculo que constitui o coronavírus, é difícil realizarmos a reunião da coordenação internacional do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT). Por isso, considerei oportuno levantar com vocês, e através de vocês, no âmbito do Acordo, algumas questões e fatos muito sérios a “nível palestino”.

Nos últimos anos, Israel tem

levado adiante ativamente sua política racista afirmada pelo Knesset sob o marco da lei do “Estado nação do povo judeu”, que considera todas as fronteiras históricas da Palestina como sendo as fronteiras do Estado de Israel.

Isso lhe dá o direito de erigir colônias na Cisjordânia e anexá-las como já aconteceu em 2019 com a proclamação dos Qods (Jerusalém) como a capital unificada de Israel. Em 2020, é a vez do vale do Jordão, que representa 24% da superfície da Cisjordânia e constitui sua parte agrícola mais rica, o que garante o fornecimento de vegetais aos habitantes das áreas administradas pela Autoridade Palestina.

Depois disso, será anunciada oficialmente a anexação da zona C, cuja área representa 60% da Cisjordânia. Com isso, apenas 12% de toda a Cisjordânia e Gaza permanecerão sob a administração da Autoridade Palestina. Israel se atreve a tomar medidas políticas tão agressivas porque goza de cobertura total dos Estados Unidos de Trump, sob o “acordo do século”.

Também desfruta da normalização das relações com alguns regimes árabes reacionários e goza de impunidade internacional desde 1948, o que encoraja em sua política cada vez mais feroz contra o povo palestino.

Finalmente, Israel se beneficia da divisão das fileiras palestinas, bem como da política de capitulação da Autoridade Palestina.

A política que Israel gradualmente leva a cabo no âmbito da implementação de seus planos é inseparável de sua presença, através da apropriação de 78% do território da Palestina em 1948, seguida por sua progressiva expansão em direção à colonização de toda a Palestina após o Guerra

de 1967, e mais tarde a anexação do Golã sírio e das fazendas libanesas de Shebaâ.

Sob pressão de uma ampla oposição ao plano de anexação, tanto em meio à população palestina quanto na

árabe, e em todo o mundo, oposição que tomou várias formas, incluindo protestos em massa, o presidente dos EUA e o primeiro-ministro de Israel decidiram adiar a anexação prevista para 1º de julho. Eles concordaram em adiar a anexação, aguardando condições mais favoráveis, ou em etapas e sem ruídos da mídia.

As etapas do plano de anexação de Israel buscam estabelecer de maneira concreta que não há nenhuma perspectiva de uma solução política, que os palestinos não obterão seus direitos, nem ao Estado soberano, nem ao retorno de refugiados, nem à autodeterminação.

Essa situação é clara para a direção de Oslo (Fatah) na Cisjordânia, e o mesmo para o Hamas, que chefiava a Autoridade em Gaza. Ambos estão cientes do calibre do impasse no movimento nacional palestino, mas ambos são incapazes de apresentar soluções para escapar dele. O acordo entre a Fatah e o Hamas para lidar com a anexação não oferece nenhuma solução.

A solução realista e prática exige a abertura de um diálogo global entre todos os componentes e forças palestinas para alcançar uma abordagem comum baseada em um Estado da Palestina, democrático e laico, com cidadania que garanta direitos e



Janeiro de 2020, Trump e Netanyahu anunciam “plano do século”, nova ofensiva contra o povo palestino

deveres iguais, sem distinção de origem, religião ou sexo.

Camaradas do AcIT,

Dirijo-me a vocês como um dos membros da Coordenação Internacional, mas também como refugiado palestino, que vive na Nakba de 1948 na esperança de voltar para casa, para pedir que deem conhecimento desta situação às organizações e amigos membros do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

Agradeço a constante e permanente postura de apoio ao povo palestino por parte de vocês, em particular ao direito de retorno dos refugiados.

Espero que o pronunciamento que emane da coordenação do AcIT contra a anexação da Cisjordânia seja acompanhado por uma participação na mobilização internacional em andamento contra a política expansionista de Israel e em apoio ao povo palestino: nas campanhas de boicote a Israel e de pressão sobre os governos que lhes vendem armas, e que parem a cobertura política de seus crimes.

Com minha consideração e respeito,

Salah Salah, Membro do Conselho Nacional Palestino e membro da coordenação da AIT.

A VERDADE
REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

O CAPITALISMO É O ÚNICO RESPONSÁVEL PELA BARBÁRIE

CHILE: EXPLODIU O BARRIL DE PÓLVORA

GUERRAS NO MUNDO: A ESTRATÉGIA DO CAOS

A VERDADE 105 • JULHO DE 2020 • REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

ADQUIRA A REVISTA A VERDADE 105

“A Verdade” 105 traz em destaque a devastação mundial provocada pela covid-19 como mostra clara do fracasso do sistema capitalista. Enquanto o desenvolvimento da ciência e da medicina permitiriam antecipar e prevenir a eclosão da pandemia, protegendo a humanidade, a política do imperialismo, aplicada no mundo todo, é destruir os sistemas de saúde, fechar hospitais e leitos – tudo em nome de perseguir a rentabilidade do capital.

Neste momento de pandemia, a revista circula em arquivo digital, ao preço de R\$ 5 o exemplar.

O TRABALHO PT

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br